

São Paulo DATA MERCANTIL

R\$ 2,50

Terça-feira, 30 de janeiro de 2024

Edição N° 954

datamercantil.com.br

São Paulo libera pagamento por Pix para emissão da CNH e registro de veículo

Desde a segunda-feira (29), mais 11 débitos do Detran-SP estão disponíveis para pagamento por meio do Pix. Além da quitação do IPVA e do pagamento de multa, transferência e licenciamento do veículo usado, agora também é possível pagar as taxas para emitir CNH e registrar veículo zero-quilômetro.

Segundo Samuel Kinoshita, secretário da Fazenda de São Paulo, a desburocratização dos serviços públicos colabora diretamente para a melhoria do ambiente de negócios e da competitividade no estado. O objetivo da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) é colocar todos os serviços oferecidos pelo Poupatempo no celular.

Também está liberado o pagamento das taxas para

realização de exames para emissão de CNH, da PID da emissão de placa de fabricante, da escolha de caracteres alfanuméricos, da liberação de veículo apreendido e da estadia diária em pátios.

Para fazer o pagamento, o cidadão deve acessar o site da Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado) e gerar um QR Code para usar nas cerca de 800 instituições financeiras participantes do Pix.

A Sefaz-SP afirma que já foram contabilizados mais de 130 mil pagamentos via Pix de tarifas, serviços e impostos liberados pelo Estado, sem intercorrências.

- Acesse o site <https://pixipva.fazenda.sp.gov.br/pixipva>

- Use o aplicativo de seu banco ou instituição de pagamento para ler o QR Code,

ou clique em “Copiar” para utilizar a funcionalidade “Pix Cópia e Cola”

- Em seu aplicativo financeiro, assegure-se de que o pagamento está direcionado à Secretaria da Fazenda e Planejamento, sob o CNPJ 46.377.222/0003-90, em conta do Banco do Brasil. Se for outro número, não conclua o pagamento

A Sefaz-SP ressalta que, a partir da inserção dos dados, o QR Code gerado tem validade de 15 minutos.

Para evitar fraudes, o Detran-SP e a Sefaz-SP informam que não enviam boletos, emails ou mensagens via WhatsApp com QR Code para pagamento de suas taxas. A única forma para realizar o Pix é o interessado entrar no site da secretaria e solicitar o código para o pagamento do débito.

Folhapress



Economia



Precatórios elevam déficit anual do governo central para R\$ 230,54 bi

Página - 03

Política

Fatura com gastos de anos anteriores sobe a R\$ 285 bi e pressiona fiscal de 2024

Página - 04

PF faz buscas contra Carlos Bolsonaro e mira núcleo político da 'Abin Paralela'

Página - 04

Gasolina, diesel e botijão de gás sobem nesta quinta (1º) com novo ICMS

Página - 03



A omnicanalidade da Raia Drogasil diante das boas estimativas

para o e-commerce brasileiro Página - 10

Rótulos de medicamentos passarão a indicar presença de substâncias consideradas como doping

Página - 10



No Mundo

Irã nega participação em ataque que matou militares dos EUA na Jordânia



O regime do Irã negou na segunda-feira (29) ter tido qualquer participação no ataque que matou três militares dos Estados Unidos e deixou vários outros feridos no nordeste da Jordânia. Na véspera, o presidente Joe Biden havia responsabilizado grupos apoiados por Teerã e prometido retaliação.

“As acusações foram feitas com objetivos políticos específicos para reverter a realidade da região”, afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, Nasser Kanaani, à agência estatal Irna

Kanaani disse que as acusações de Washington são “infundadas” e parte de uma

conspiração para envolver os EUA em uma nova guerra no Oriente Médio. Uma eventual ofensiva americana contra alvos do Irã, por sua vez, intensificaria de forma significativa o “ciclo de instabilidade” na região, acrescentou.

A morte dos militares ocorreu na noite de sábado (27) e marcou as primeiras baixas dos EUA na região desde o início da guerra entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza, em outubro antes disso, dois membros da Marinha do país morreram afogados, durante uma missão em um navio que buscava armas iranianas.

O incidente mais recente, portanto, representa um agravamento da situação já

tensa no Oriente Médio a região está em ebulição desde os atentados do Hamas em território israelense no dia 7 de outubro, que mataram cerca de 1.200 pessoas, segundo Tel Aviv. A reação do Estado judeu na Faixa de Gaza matou mais de 26 mil palestinos, segundo o grupo terrorista.

O ataque que matou os americanos foi feito com drones e atingiu uma base da Jordânia perto da fronteira com a Síria. Menos de 48 horas depois, explosões foram registradas nos arredores de Damasco, a capital síria. As ofensivas foram atribuídas às forças militares de Israel, aliadas dos EUA no Oriente Médio.

Milícia apoiada pelo Irã alerta EUA: “saiam ou paguem preço alto”

Um grupo xiita iraquiano, apoiado pelo Irã, que opera no Iraque e na Síria, alertou os Estados Unidos que continuarão os ataques se os soldados americanos não “partirem imediatamente”.

O grupo Harakat Al-Nujaba emitiu o comunicado um dia depois de um ataque de drone a um posto avançado no norte da Jordânia matar três soldados norte-americanos e deixar mais de 30 feridos. Al-Nujaba não reivindicou o ataque no comunicado.

Não está claro a que o grupo se refere, mas surgiram relatos da mídia regional após o ataque do drone, confundindo o local onde os soldados norte-americanos foram mor-

tos. A milícia prometeu que a presença dos EUA na região seria erradicada e alertou para um “alto preço por cada dia que passa sem a sua retirada”.

Na declaração, o grupo apelou aos EUA para “aprenderem a lição” e “partirem imediatamente”, enfatizando que se não o fizessem, isso resultaria num “preço elevado”.

“Seus quartéis e bases sabem muito bem que fazemos o que dizemos... [os EUA] devem aprender a lição e partir hoje, antes de amanhã”, acrescentou o comunicado.

Os Estados Unidos realizaram ataques retaliatórios contra milícias apoiadas pelo Irã no passado, incluindo um no início deste mês em Bagdá que matou um alto comandante de Al-Nujaba. CNN



Folhapress

Falta autoconfiança à China, diz chefe do escritório de Taiwan no Brasil



Menos de uma semana depois de Taiwan eleger um presidente ainda mais anti-China, o chanceler de Pequim, Wang Yi, viajou ao Brasil. Após encontros com seu homólogo brasileiro, Mauro Vieira, e com o presidente Lula, o chefe da diplomacia chinesa foi embora com a reiterada posição brasileira de reconhecimento da existência de “uma só China” a política que defende que Taipé é parte inalienável do território chinês.

Para Benito Liao, representante do escritório de Taiwan no Brasil, a pressão de Pequim sobre outros paí-

ses para reafirmar o princípio de “uma só China” denota uma insegurança do regime comunista.

“Falta autoconfiança à China continental. Por isso, uma e outra vez pedem ao governo brasileiro que confirme que só existe uma China, que Taiwan é parte da China. Mas isso não é verdade, porque existe a China e existe Taiwan”, diz Liao à reportagem.

“Não se pode negar a nossa existência. Taiwan é um país soberano. Se você vai viajar a Taiwan, precisa solicitar um visto para Taiwan. Não há vistos para Taiwan nos consuldos da China continental. Somos separados. Dois

governos, duas soberanias”. Para o representante taiwanês, o regime administrado por Xi Jinping “não quer ver e encarar essa realidade”.

O Brasil não reconhece Taiwan e endossa a posição de Pequim de considerar a região uma província rebelde. Apesar disso, o país mantém relações econômicas com a ilha, que tem um escritório comercial e cultural em Brasília. São Paulo também possui uma representação comercial.

Apesar do tom contra Pequim, Liao diz que Taiwan entende as “relações muito boas que existem entre Brasil e China” e evita fazer comentários sobre a posição brasileira.

Ricardo Della Coletta/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833

E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Precatórios elevam déficit anual do governo central para R\$ 230,54 bi



A quitação de precatórios após um acordo com o STF fez o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – fechar 2023 com o segundo maior déficit primário desde o início da série histórica. No ano passado, o resultado ficou negativo em R\$ 230,54 bilhões, só perdendo para 2020, quando o déficit atingiu R\$ 743,25 bilhões por causa da pandemia de covid-19.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. Segundo o Tesouro Nacional, sem o pagamento dos precatórios, as contas do Governo Central teriam fechado o ano passado com resultado negativo de R\$

138,1 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto. Sem o socorro financeiro de cerca de R\$ 20 bilhões para estados e municípios, o déficit teria caído para R\$ 117,2 bilhões, 1,1% do PIB.

Apenas em dezembro, o déficit primário somou R\$ 116,15 bilhões, impulsionado pela quitação dos precatórios em atraso. Dívidas do governo com sentença judicial definitiva, os precatórios foram parcelados ou adiados após uma emenda constitucional em 2021. No ano passado, o governo quis quitar a dívida para evitar um passivo de R\$ 250 bilhões no fim de 2026.

O déficit de dezembro foi o maior já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1997. Sem os

precatórios, informou o Tesouro, o resultado negativo ficaria em R\$ 23,8 bilhões. Esse valor ficaria abaixo da estimativa das instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 35,5 bilhões, sem considerar o pagamento de precatórios. O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Apesar da quitação dos precatórios, o déficit ficou dentro da meta de R\$ 231,5 bilhões para o Governo Central estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano passado. Wellton Máximo/ABR

Gasolina, diesel e botijão de gás sobem nesta quinta (1º) com novo ICMS



Os preços da gasolina, do diesel e do botijão de gás ficarão mais caros nesta quinta-feira (1), com o início da vigência de novas alíquotas do ICMS aprovadas pelos governos estaduais em outubro.

O ICMS da gasolina subirá R\$ 0,15, para R\$ 1,37 por litro. Considerando a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço médio do produto no país passaria de R\$ 5,56 para R\$ 5,71 por litro.

No diesel, a alta será de R\$ 0,12, para R\$ 1,06 por litro, levando o preço do diesel S-10 novamente para acima dos R\$ 6 por litro. Esse combustível já teve um repique no início do ano, com a retomada da cobrança de impostos federais.

Aumento de imposto sobre petróleo é 'o risco' para o setor, diz CEO da Prio

Um eventual aumento na taxa sobre a exploração de petróleo e minério de ferro é a grande preocupação para o setor, afirmou Roberto Monteiro, presidente da Prio (antiga PetroRio), em evento na segunda-feira (29) em São Paulo.

“A possibilidade de taxar um setor que gera muito caixa, por exemplo, o petróleo e a mineração. Esse é o risco. Às vezes, me perguntam: ‘Você acha que é o maior que existe?’ Esse é o risco do negócio, esse é o risco do Brasil como um todo, principalmente nesse setor”, afirmou Monteiro durante evento do banco de investimento UBS BB.

Para o executivo, as investidas do governo federal para aumentar a arrecadação e reduzir o déficit fiscal são sua maior preocupação.

“Essas coisas pequenas de estados normalmente são mais contidas, são mais fá-

ceis de lidar. Essas maiores, que são oriundas da Federação, que não conseguiu chegar à meta de arrecadação, são as que mais preocupam, efetivamente.”

Apesar da apreensão, Monteiro disse que não há nenhuma mudança tributária no radar, mas que isso não significa que elas não vão acontecer.

“Quando teve o imposto de exportação, nós descobrimos no dia. Foi um problema”, afirma Monteiro.

Em 2023, o governo Lula promoveu a taxa temporária sobre as exportações de petróleo cru para custear parte da reoneração parcial dos combustíveis.

“Na hora de você tomar uma decisão de investimentos, uma decisão de bilhões, isso é levado em conta. Então, se é uma coisa pequena, mas que vai avançando, vai elevando, até que chegue um momento que você não aguenta mais, você vai para outro lugar.”

Júlia Moura/Folhapress



Já a alíquota do gás de cozinha foi definida em R\$ 1,41 por quilo, aumento de R\$ 0,16 em relação ao vigente atualmente. O botijão de 13 quilos, em média, subiria de R\$ 100,98 para R\$ 103,6, dificultando o desejo do governo de levar esse preço para abaixo dos R\$ 100.

É o primeiro aumento do ICMS após a mudança do modelo de cobrança do imposto, que passou a ter alíquotas em reais por litro e não mais em percentual sobre um preço estimado de bomba dos produtos. A intensidade da alta é criticada pelo setor.

As distribuidoras de gás de cozinha, por exemplo, alegam que em 18 estados o botijão passa a ter alíquota equivalente a mais de 18% do preço do produto, excedendo o teto legal para a cobrança

do imposto sobre produtos essenciais.

O aumento dos impostos ocorre num momento de queda do preço da gasolina no país, reflexo da redução das cotações do etanol anidro, que representa 27% da mistura vendida nos postos. Gasolina e etanol mais baratos contribuíram para que o IPCA-15 atingisse, em janeiro, a menor taxa para o mês em cinco anos.

A alta na carga tributária pega a Petrobras com pouca margem para redução de preços nas refinarias, medida que foi adotada para minimizar aumentos de impostos em 2023: o preço do petróleo subiu 6% na semana, diante da instabilidade geopolítica e de sinais de recuperação da economia dos Estados Unidos.

Nicola Pamplona/Folhapress

Política

Fatura com gastos de anos anteriores sobe a R\$ 285 bi e pressiona fiscal de 2024



Em seu primeiro ano de mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou R\$ 285 bilhões em despesas contratadas e não pagas para 2024.

A cifra é R\$ 30 bilhões superior ao que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou ao final do seu governo. A alta é de 11,7%.

Conhecidos no jargão técnico como RAPs (restos a pagar), esses gastos são transferidos de um ano para outro e se transformam numa espécie de orçamento paralelo, competindo por espaço com os novos gastos programados para este ano.

É uma forma de arrasto, uma inércia fiscal, que compromete parte da execução de novas despesas no Orçamento.

Os valores fechados do

ano passado foram divulgados pelo Tesouro Nacional na segunda-feira (29) e consideram as despesas empenhadas até o dia 31 de dezembro do ano passado.

O empenho é a primeira fase do gasto público, em que o governo sinaliza seu compromisso de compra de um bem ou serviço. A liberação do dinheiro, porém, depende da entrega do que foi adquirido. Quando não há comprovação de conclusão, o valor é inscrito em restos a pagar.

Em valores nominais, os RAPs bateram recorde na virada de 2023 para 2024 e alcançaram o maior valor da série histórica do Ministério da Fazenda, disponibilizada desde 2011.

Considerando os dados atualizados pela inflação, o valor deixado por Lula para

2024 é o maior registrado desde a passagem de 2014 para 2015, quando a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) deixou R\$ 380,4 bilhões pendurados ao fim de seu primeiro mandato. Antes, os restos a pagar já haviam alcançado seu pico (R\$ 389 bilhões) entre 2013 e 2014.

A inscrição de restos a pagar, por si só, não configura uma irregularidade. É comum algumas despesas passarem de um ano para o outro, como parte dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) referentes ao mês de dezembro, efetivamente pagos apenas em janeiro.

Os investimentos também são despesas frequentes nos restos a pagar, dado que sua realização depende de projeto, licenças e pode se prolongar por meses.

Folhapress

Contas públicas têm rombo de R\$ 230,5 bi em 1º ano de Lula, pior resultado desde 2020

No primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as contas do governo central tiveram um rombo de R\$ 230,5 bilhões em 2023, o equivalente a 2,12% do PIB (Produto Interno Bruto). Trata-se do pior resultado desde 2020, ano da pandemia de Covid-19.

O resultado foi influenciado pela regularização dos precatórios, dívidas judiciais que haviam sido adiadas pela gestão de Jair Bolsonaro (PL). No fim do ano passado, o governo Lula obteve autorização do STF (Supremo Tribunal Federal) para quitar um passivo de R\$ 92,4 bilhões.

Mesmo sem o pagamento dos precatórios, o déficit teria sido de R\$ 138,1 bilhões o equivalente a 1,27% do PIB e, ainda assim, o pior desde 2020.

Nesta comparação, apenas o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) teve um resultado pior no primeiro ano da gestão. Em 2015, o rombo foi de R\$ 183,1 bilhões devido à regularização das chamadas pedaladas fiscais. Em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro, o déficit foi de R\$ 122,6 bilhões. Os valores foram

atualizados pela inflação.

O resultado de 2023 foi pior do que a meta traçada informalmente pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), que prometeu entregar um déficit de até 1% do PIB no primeiro ano da administração.

Antes mesmo da posse de Lula, o governo atuou no Congresso Nacional para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que autorizou a ampliação de até R\$ 168 bilhões nos gastos em 2023 para recompor ações do Orçamento que estavam estranguladas por cortes de até 95%. A elevação dos gastos deflagrou uma piora nas expectativas em relação à trajetória fiscal. A equipe econômica chegou a lançar, ainda em janeiro, medidas para tentar recompor as receitas de 2023, mas boa parte não rendeu o esperado ou foi desidratada após longa negociação com o Congresso.

O déficit indica que o governo gastou mais do que arrecadou no ano passado. O dado divulgado nesta segunda-feira (29) agrega estatísticas do Tesouro Nacional, Banco Central e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Idiana Tomazelli/Folhapress

PF faz buscas contra Carlos Bolsonaro e mira núcleo político da 'Abin Paralela'



A Polícia Federal cumpriu na manhã da segunda-feira (29) mandados de busca e apreensão para avançar na investigação sobre a atuação da chamada "Abin Paralela" no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Um dos alvos é Carlos Bolsonaro (Republicanos), vereador do Rio de Janeiro e filho do ex-presidente. Na nova ação, a PF mira pessoas que foram destinatárias das informações produzidas de forma ilegal pela agência de inteligência do governo federal.

Segundo a PF, as medidas cumpridas têm como objetivo "avançar no núcleo político, identificando os principais destinatários e beneficiários das informações produzidas ilegalmente no âmbito da

Abin [Agência Brasileira de Inteligência]".

No gabinete de Carlos, no Rio, os agentes levaram um notebook, computadores desktop e documentos.

Outros alvos da operação são a assessora Luciana Paula Garcia da Silva Almeida e o chefe de gabinete de Carlos, Jorge Fernandes. Este último também é alvo de outra investigação junto com o vereador. Fernandes é suspeito de ser o operador de um suposto esquema de "rachadinha" no gabinete de Carlos.

Também é alvo Priscila Pereira e Silva, ex-assessora de Alexandre Ramagem, chefe da Abin sob Bolsonaro e alvo da operação da PF na última semana.

Relatórios produzidos pela agência sob Bolsonaro

e o uso do software espião First Mile estão no centro da investigação da PF.

Os investigadores afirmam que oficiais da Abin e policiais federais lotados na agência monitoraram os passos de adversários políticos de Bolsonaro e produziram relatórios de informações "por meio de ações clandestinas" sem "qualquer controle judicial ou do Ministério Público".

O programa espião investigado pela PF tem capacidade de obter informações de georreferenciamento de celulares.

Segundo pessoas com conhecimento da ferramenta, ela não permite os chamados "grampos", como acesso a conteúdos de ligação ou de trocas de mensagem.

Folhapress



Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos

CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Instauração de Procedimento de Exclusão de Associados

Nos termos do art. 9º, I, "e", e parágrafo primeiro, do Estatuto Social, ficam os associados titulares das matrículas abaixo indicadas intimados da instauração de procedimento de exclusão em razão do não comparecimento a duas assembleias consecutivas.

Table with 17 columns of Matricula numbers, listing various identification numbers for the association's members.

Fica assegurada aos associados a apresentação de defesa, nos termos do parágrafo segundo do referido dispositivo legal.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

Dr. Sílvio José Ferraz Tavares - Presidente



Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos

CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Instauração de Procedimento de Exclusão de Associados

Nos termos do art. 9º, I, "e", e parágrafo primeiro, do Estatuto Social, ficam os associados titulares das matrículas abaixo indicadas intimados da instauração de procedimento de exclusão em razão do não comparecimento a duas assembleias consecutivas.

Table with 16 columns of Matricula numbers, listing various identification numbers for the association's members.

Fica assegurada aos associados a apresentação de defesa, nos termos do parágrafo segundo do referido dispositivo legal.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

Dr. Sílvio José Ferraz Tavares - Presidente



Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos

CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Instauração de Procedimento de Exclusão de Associados

Nos termos do art. 9º, I, "e", e parágrafo primeiro, do Estatuto Social, ficam os associados titulares das matrículas abaixo indicadas intimados da instauração de procedimento de exclusão em razão do não comparecimento a duas assembleias consecutivas.

Table with 17 columns of Matricula numbers, listing various identification numbers for the association's members.

Fica assegurada aos associados a apresentação de defesa, nos termos do parágrafo segundo do referido dispositivo legal.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

Dr. Sílvio José Ferraz Tavares - Presidente



Taxas de juros sobem com desconforto fiscal e alta do dólar, antes da agenda da semana

Os juros futuros fecharam a segunda-feira em alta, em realização de lucros estimulada pela cautela com a agenda pesada de indicadores e eventos da semana, pela piora do câmbio e pelo desconforto com a área fiscal. A curva dos contratos de Depósito Interfinanceiro (DI) havia devolvido prêmios na semana passada, o que deixou espaço para alguma recomposição num dia de noticiário sem destaques.

As taxas locais operaram com sinal contrário ao de baixa dos rendimentos dos Treauries, que recuaram pela menor disposição dos investidores ao risco antes das reuniões dos bancos centrais e relatório do Tesouro americano indicando estimativa de menor necessidade de empréstimos no primeiro trimestre.

A taxa do DI para janeiro de 2025, contudo, conseguiu manter-se abaixo dos dois dígitos, encerrando em 9,75%, de 9,948% no ajuste de sexta-feira. A do DI para janeiro de 2026 subiu de 9,61% para 9,66%. O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 9,83% (de 9,78%) e o DI para janeiro de 2029, com taxa de 10,28% (de 10,22%).

Ainda que tenham vindo alinhados à mediana das estimativas, os números do Governo Central relativos ao fim do ano passado reforçaram a ideia de que a meta de primário zero para 2024 é pouco viável, num cenário de dificuldade para a obtenção de receitas.

O déficit de R\$ 116,1 bilhões em dezembro veio em linha com o consenso (R\$ 116,7 bilhões), mas foi o pior desempenho em termos reais para o mês na série histórica iniciada em 1997.

IstoéDinheiro

Carlos Oliva Diálogo Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ nº 15.512.249/0001-53 - NIRE 35226526592
Extrato da Ata de Redução do Capital Social
Data/Hora/Local: 20/12/2023, 11hs, na sede da Companhia. Mesa: Sr. Guilherme Sallum Nahas, Presidente; Sra. Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar, Secretária. Deliberações aprovadas: 5.1 Lavrar a presente Ata em forma de sumário. 5.2 As sócias Diálogo Engenharia e Construção S.A., representada por seus diretores Sr. Guilherme Sallum Nahas, e Sra. Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar; e TKN Empreendimentos e Participações Ltda., representada por sua administradora Telma Karnick Nahas, brasileira; GNC Empreendimentos Imobiliários Ltda., representada por sua administradora Bregitte Nahas Couri; Inclotus Empreendimentos Imobiliários Ltda., representada por sua administradora Vivian Karnick Nahas; Deliberam pela Redução do Capital Social da sociedade, de R\$ 300.000,00 para R\$ 5.000,00, redução no valor de R\$ 295.000,00, por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade, com restituição de parte do valor das quotas aos sócios. Nada mais. São Paulo, 20/12/2023.

Diálogo XIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ nº 15.536.003/0001-11 - NIRE 35226526541
Extrato da Ata de Redução do Capital Social
Data/Hora/Local: 20/12/2023, 11hs, na sede da Companhia. Mesa: Sr. Guilherme Sallum Nahas, Presidente; Sra. Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar, Secretária. Deliberações aprovadas: 5.1 Lavrar a presente Ata em forma de sumário. 5.2 As sócias Diálogo Engenharia e Construção S.A., representada por seus diretores Sr. Guilherme Sallum Nahas e Sra. Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar; e TKN Empreendimentos e Participações Ltda., representada por sua administradora Telma Karnick Nahas; GNC Empreendimentos Imobiliários Ltda., representada por sua administradora Bregitte Nahas Couri; Inclotus Empreendimentos Imobiliários Ltda., representada por sua administradora Vivian Karnick Nahas; Deliberam pela Redução do Capital Social da sociedade, de R\$ 300.000,00 para R\$ 5.000,00, redução no valor de R\$ 295.000,00, por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade, com restituição de parte do valor das quotas aos sócios. Nada mais. São Paulo, 20/12/2023.

Marquês Diálogo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
CNPJ nº 12.919.141/0001-91 - NIRE 35224894900
Extrato da Ata de Redução do Capital Social
Data/Hora/Local: 20/12/2023, 11hs, na sede da Companhia. Mesa: Sr. Guilherme Sallum Nahas, Presidente; Sra. Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar, Secretária. Deliberações aprovadas: 5.1 Lavrar a presente Ata em forma de sumário. 5.2 As sócias Diálogo Engenharia e Construção S.A., representada por seus diretores Sr. Guilherme Sallum Nahas e Sra. Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar; TKN Empreendimentos e Participações Ltda., representada por sua administradora Telma Karnick Nahas; GNC Empreendimentos Imobiliários Ltda., representada por sua administradora Bregitte Nahas Couri; Inclotus Empreendimentos Imobiliários Ltda., representada por sua administradora Vivian Karnick Nahas; Deliberam pela Redução do Capital Social da sociedade, de R\$ 500.000,00 para R\$ 5.000,00, redução no valor de R\$ 495.000,00, por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade, com restituição de parte do valor das quotas aos sócios. Nada mais. São Paulo, 20/12/2023.

19 de Janeiro Diálogo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
CNPJ nº 15.706.944/0001-56 - NIRE 3522665974-6
Extrato da Ata de Redução do Capital Social
Data/Hora/Local: 20/12/2023, 11hs, na sede da Companhia. Mesa: Sr. Guilherme Sallum Nahas, Presidente; Sra. Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar, Secretária. Deliberações aprovadas: 5.1 Lavrar a presente Ata em forma de sumário. 5.2 As sócias Diálogo Engenharia e Construção S.A., representada por seus diretores Sr. Guilherme Sallum Nahas e Sra. Isabella Teresa Sallum Nahas Aidar; TKN Empreendimentos e Participações Ltda., representada por sua administradora Telma Karnick Nahas; GNC Empreendimentos Imobiliários Ltda., representada por sua administradora Bregitte Nahas Couri; Inclotus Empreendimentos Imobiliários Ltda., representada por sua administradora Vivian Karnick Nahas; Deliberam pela Redução do Capital Social da sociedade, de R\$ 500.000,00 para R\$ 5.000,00, redução no valor de R\$ 495.000,00, por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade, com restituição de parte do valor das quotas aos sócios. Nada mais. São Paulo, 20/12/2023.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4695	Peso (Chile) - 0,005285
Dólar (EUA) - 4,9225	Peso (México) - 0,2855
Franco (Suíça) - 5,6993	Peso (Uruguai) - 0,1262
Iene (Japão) - 0,03334	Yuan (China) - 0,6856
Libra (Inglaterra) - 6,2422	Rublo (Rússia) - 0,05519
Peso (Argentina) - 0,005965	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3163

H.I.M. Empreendimentos e Participações S/A
CNPJ/MF nº 22.182.254/0001-00 - NIRE 35.300.477.219
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2023
Data, Hora e Local: 27/12/2023, às 10 horas, na sede social. Convocação e Presença: Dispensada, tendo em vista a presença dos representantes da totalidade do capital social. Mesa: Sra. Ana Carolina Lopes Melchert, Presidente e Maria Luiza Garcia, Secretária. Deliberações Aprovadas por Unanimidade: I) O Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2022. II) Foi aprovada a seguinte destinação do lucro líquido do referido exercício para: I) Reserva Legal: R\$ 169.100,36 e o valor remanescente de R\$ 3.212.907,00 para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados; III) Aprovada a reeleição dos seguintes membros: Ana Carolina Lopes Melchert, RG nº 19.186.596-5 SSP/SP, CPF/MF nº 154.926.598-98, como Diretora Presidente; Nivaldo França, RG nº 50.232.816-2-SSP/SP e CPF nº 365.712.966-91, como Diretor Executivo e Maria Luiza Garcia, RG nº 39.434.556-3 SSP/SP, CPF/MF nº 515.127.168-71, como Diretora Executiva, todos com mandato de 3 anos, até a AGO a realizar-se em 2026, e declaram não ter sido condenados a pena que vede o acesso a cargos públicos. Encerramento: Nada mais a tratar. São Paulo, 27/12/2023. Presidente: Ana Carolina Lopes Melchert; Secretária: Maria Luiza Garcia. JUCESP - Registrado sob nº 27.178/24-9 em 19/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 20 de fevereiro de 2024, às 10h00min*.
2º LEILÃO: 23 de fevereiro de 2024, às 15h00min*.
(*horário de Brasília)
ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pela Credora Fiduciária GAFISA S.A., inscrita no CNPJ sob nº 01.545.826/0001-07, nos termos da Escritura de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada aos 17/04/2017, firmado com a Fiduciária VIVIANE FREIRE LANDIM, brasileira, solteira, maior, administradora de empresas RG nº 50.348.005-8-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 742.451.633-72, residente e domiciliada em Santana de Parnaíba, São Paulo/SP, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 886.000,00 (Oitocentos e oitenta e seis mil reais - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel o domínio útil do imóvel matriculado sob nº 187.069 do Registro de Imóveis de Barueri/SP, com propriedade consolidada conforme Av.06, constituído pelo imóvel: Loja nº 01, localizada no pavimento intermediário do empreendimento denominado Alpha Green Business Tower, situado na Avenida Cauaxi n. 293. Alphaville - Centro Industrial e Empresarial, no bairro Alphaville, distrito município e comarca de Barueri, deste estado, que assim se descreve: possui a área privativa de 92,620m², área comum de 53,347m² (incluindo a área correspondente a 02 vagas de garagem, localizadas na garagem coletiva), perfazendo a área total de 145,994m², correspondendo à fração ideal de 0,002540 ou 0,2540% no terreno e demais coisas de propriedade e uso comum. Inscrição Cadastral nº 24453.61.60.0266.01.001-3. Consta conforme R.5 a alienação fiduciária em favor da GAFISA S.A. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.976.400,34 (Um milhão, novecentos e setenta e seis mil, quatrocentos reais e trinta e quatro centavos - nos termos do art. 27, § 2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo online, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net) e se habilitar acessando a página deste leilão, com antecedência de até 01 (uma) hora antes do início do leilão. Dentro de 90 (noventa) dias contados da arrematação, se houver, a VENDEDORA se responsabilizará pelas providências e despesas necessárias ao levantamento das indisponibilidades/restrições averbadas na matrícula do imóvel até a data do leilão. Todos e quaisquer tributos (incluindo IPTU), tarifas, encargos, despesas condominiais, etc, além da regularização de quaisquer restrições que incidam sobre a matrícula (hipoteca, etc) que incidirem sobre o IMÓVEL até a data do Leilão (inclusive) são de única e exclusiva responsabilidade dos VENDEDORES, e a partir da data do leilão passarão a ser de responsabilidade do ARREMATANTE, independente de já terem recebido a posse e/ou lavrado a escritura. Forma de pagamento e demais condições de venda. Veja a Inteira deste Edital na loja Sold Leilões (sold.superbid.net) e no SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net).

Triya Comércio de Roupas Ltda.
CNPJ/MF nº 07.602.098/0001-04 - NIRE 35.220.116.392
Edital de Convocação
Ficam convocados os Senhores quotistas a reunirem, de forma presencial, em primeira convocação, no dia 06/02/2024, às 17h30, na sede da Sociedade, na Rua José Jannarelli, nº 318, Vila Progredior, São Paulo-SP, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a alteração da forma de representação e a outorga de procurações pela Sociedade, para que quaisquer atos devam ser praticados por, no mínimo, dois administradores; e (ii) a autorização para que a administração da Sociedade adote todas as medidas necessárias à implementação da deliberação acima. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de um ano, e deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação dos poderes conferidos. As sócias somente poderão ser representadas por procurador que seja sócio, administrador, advogado ou instituição financeira. São Paulo/SP, 24/01/2024. Isabela Barros Frugieule Hamoui - Sócia Administradora da Sociedade; Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti - Sócia Administradora da Sociedade. (27, 30 e 31/01/2024)

Ysla Comércio Varejista de Roupas Ltda.
CNPJ/MF nº 22.087.674/0001-08 - NIRE 35.230.988.970
Edital de Convocação da Reunião de Sócios
Ficam convocados os Senhores quotistas da "Sociedade", para se reunirem em Reunião de Sócios que se realizará, de forma presencial, em 1ª convocação, no dia 06/02/2024, às 17h00, na sede da Sociedade, localizada em São Paulo-SP, na Rua José Jannarelli, nº 318, Vila Progredior, ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a alteração da forma de representação e a outorga de procurações pela Sociedade, para que quaisquer atos devam ser praticados por, no mínimo, dois administradores em conjunto, com a consequente alteração da redação da Cláusula 7ª e § único do Contrato Social da Sociedade; e (ii) a autorização para que a administração da Sociedade adote todas as medidas necessárias para a implementação da deliberação constante do item (i) acima, incluindo a elaboração e assinatura do instrumento de alteração do Contrato Social. Informações Gerais: Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do Artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), aplicável supletivamente à Sociedade. Em cumprimento ao disposto no Artigo 654, §§ 1º e 2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais sócias da Sociedade somente poderão ser representadas na reunião por procurador que seja sócio, administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no Artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. São Paulo/SP, 24/01/2024. Isabela Barros Frugieule Hamoui - Sócia Administradora da Sociedade; Maria Isabel Farah Nassif Fioravanti - Sócia Administradora da Sociedade. (27, 30 e 31/01/2024)

Instituto Tiago Camilo
CNPJ nº 15.865.120/0001-29
Edital de Convocação Assembleia Geral
"O Instituto Tiago Camilo", vem, através de seu Diretor Presidente o Sr. Tiago Henrique de Oliveira Camilo, convocar todos os seus associados nos termos do Artigo 22, 23 e 49 do Estatuto Social, para a Assembleia Geral, que ocorrerá no próximo dia 08 de fevereiro de 2024, às 9:30 horas em primeira convocação, com a presença de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos associados ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos mais tarde, com qualquer número de Associados, na Rua Doutor Alceu de Campos Rodrigues, no 342 - Sala 02 - Vila Nova Conceição - CEP: 04544-000 - São Paulo-SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a eleição dos membros da Diretoria para os próximos 04 (quatro) anos. São Paulo, 29 de Janeiro de 2024. Tiago Henrique de Oliveira Camilo - Diretor-Presidente. (27, 30 e 31/01/2024)

Lima Rinaldi Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 58.375.775/0001-21 - NIRE 35.300.545.303
Assembleia Geral Extraordinária - Convocação
São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 07 de fevereiro às 10h00 (dez horas), na sede da Companhia situada na Esvç HBR 167, nº 935, Bairro Fundão, na Cidade de Holambra, Estado de São Paulo, CEP: 13825-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleger a Diretoria Executiva da Companhia. b) Alterar o Artigo 7º do Estatuto Social para alteração da quantidade mínima de membros. c) Outros Assuntos de Interesse da Companhia. Holambra/SP, 29 de janeiro de 2024 Magda Maria Rinaldi de Oliveira Lima - Diretora (30, 31/01 e 01/02/2024)

Artesanal Securitizadora de Créditos S/A

CNPJ em Constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Aos 10/10/2023, às 10:00 horas, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade dos subscritores do capital social inicial. **Mesa:** Presidente: **Raphael Fontes Tamietto Galhano**; Secretário: **Breno Rosemberg Sartoretto**. **Ordem do Dia e Deliberações:** 5.1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, sob a denominação de **Artesanal Securitizadora de Créditos S/A**, com sede e foro na cidade de São Paulo-SP, à Av. Dra. Ruth Cardoso, 4777, 7º andar, Jardim Universidade Pinheiros, CEP: 05.477-000. 5.2. Aprovar o Capital Social inicial de R\$ 10.000,00, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, integralmente subscritas nesta ocasião. O capital foi integralizado em 10%, e verificou-se que R\$ 1.000,00 foram depositados em uma conta vinculada ao Banco do Brasil, em conformidade com o disposto nos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76. A subscrição e integralização das ações seguiu o seguinte critério: O acionista **Raphael Fontes Tamietto Galhano**, RG nº MG-6.951.744 PC/MG e CPF/MF nº 225.072.608-66, subscreu 9.999 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 9.999,00 e integralizou a quantidade de R\$ 999,00, correspondente a 9,99% das ações subscritas, até a data desta assembleia de constituição perante a Junta Comercial de São Paulo. O acionista **Breno Rosemberg Sartoretto**, RG nº 35008724 SSP/SP e CPF/MF nº 417.284.518-50, subscreu 1 ação ordinária nominativa, no valor de R\$ 1,00 e integralizou a quantidade de R\$ 1,00 correspondente a 0,1% das ações subscritas, totalizando 10% das ações integralizadas até a data desta assembleia de constituição perante a Junta Comercial de São Paulo. 5.3. Eleger para os cargos de **Diretor Presidente** o Sr. **Raphael Fontes Tamietto Galhano**, RG nº MG-6.951.744 PC/MG e CPF/MF nº 225.072.608-66, e para o cargo de **Diretor de Securitização** o Sr. **Breno Rosemberg Sartoretto**, RG nº 35008724 SSP/SP e CPF/MF nº 417.284.518-50, e para o cargo de **Diretor de Compliance** o Sr. **Rafael Cristiano Marciano**, RG nº 469437170 SSP/SP e CPF/MF nº 387.412.688-90, com mandato de 3 anos, ou seja, pelo período de 10/10/2023 a 09/10/2026, o qual declara, sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a administração da Companhia. 5.4. Fixar a remuneração global para os membros da diretoria em até R\$ 200.000,00. 5.5. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do § 1º, do artigo 130, da Lei 6.404/76. 5.6. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada a esta Ata, dando-se assim por efetivamente constituída a Sociedade Anônima **Artesanal Securitizadora de Créditos S/A**, dando-se cumprimento de todas as formalidades legais. **Estatuto Social: Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º: Artesanal Securitizadora de Créditos S/A**, é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável. **Artigo 2º:** A companhia terá sede e foro na Cidade de São Paulo, estado do São Paulo, na Av. Dra. Ruth Cardoso, 4777 – 7º andar – Jardim Universidade Pinheiros, CEP: 05.477-000, e pode, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas abrir, manter e fechar filiais, escritórios, depósitos ou agências de representação, em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º:** A companhia tem por objeto específico a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. **Artigo 4º:** A companhia iniciará suas atividades a partir do momento em que os atos forem arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sendo que o prazo de duração da companhia será por tempo indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º:** O capital social será de R\$ 10.000,00 representado por 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo único:** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais dos Acionistas. **Capítulo III – Da Assembleia Geral: Artigo 6º:** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 7º:** A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Presidente, que a presidirá escolhendo um ou mais secretários. **Artigo 8º:** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á dentro dos quatro primeiros meses ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei. **Artigo 9º:** A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem, mediante o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e nesse estatuto. **Parágrafo único:** Compete à Assembleia Geral: I – fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes políticas e objetivos básicos, para todas as áreas principais de atuação da Companhia e de suas controladas; II – aprovar os planos de trabalhos e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas controladas; III – eleger e destituir, os Diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições; IV – fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos; V – fixar a remuneração global anual dos diretores; VI – atribuir aos Diretores, parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, inclusive intermediários, respeitando as limitações e disposições estatutárias e legais; VII – manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, e autorizar a distribuição de dividendos intermediários com base em resultados apurados em balanço intermediário do exercício em curso; VIII – fixar o voto a ser dado pelo representante da companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das sociedades em que participe como acionistas e aprovar previamente as alterações do contrato social das sociedades em que a Companhia participa como quotista, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia; IX – aquisição e alienação, a qualquer título, de bens imóveis; X – participação da companhia no capital de outras sociedades; XI – alienação a qualquer título, transferência ou cessão a qualquer título ou ainda oeração de parte substancial do ativo permanente da Companhia, como tal entendendo-se (i) direitos, licenças, autorizações, permissões ou concessões governamentais de que seja titular a Companhia; (ii) qualquer participação societária contabilizada no ativo permanente ou (iii) bens imóveis, sendo que nos casos (i) a (iii) supra, independentemente do respectivo valor, e, inclusive quando se tratarem tais alienações, transferências e/ou cessões, de capital das sociedades controladas ou coligadas; XII – recompra, amortização e ou resgate de ações, emissão de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias pela Companhia, prestação de fiança, aval ou outra garantia a favor de terceiros ou de empresas, direta ou indiretamente coligada, controlada ou associada a esta Companhia. XIII – alteração do Estatuto Social, dissolução, transformação, fusão, cisão ou incorporação. XIV – critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e ou nas vendas) da Diretoria e dos empregados em geral da sociedade em que a Companhia houver efetuado investimento ou das companhias controladas, diretas ou indiretamente, pela Companhia, ou coligadas ou as suas controladas. XV – participação das sociedades em que a Companhia houver efetuado investimento ou das companhias controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, ou a elas coligadas, em novas atividades e negócios. XVI – quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e seus administradores (e os sócios, direta ou indiretamente, dos acionistas da Companhia), suas controladas ou controladoras ou controladas de suas controladoras, qualquer que seja o valor, ou autorização da celebração dos contratos que não atendam a essas condições; XVII – quaisquer contratos de longo prazo, empréstimos, financiamentos ou emissão de títulos da dívida

entre a Companhia e seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com que mantenha relacionamento comercial, ou suas prorrogações. XVIII – decisões relativas à política de investimentos e/ou à estrutura de capital da Companhia e das sociedades em que a Companhia houver efetuado investimento ou das companhias controladas, direta ou indiretamente pela Companhia, ou coligadas a suas controladas. XIX – aprovação dos negócios e deliberações referidas neste artigo pelas controladas da Companhia ou sociedade a elas coligadas; XX – autorização de quaisquer investimentos em negócios estranhos ao objeto social, inclusive através de consórcios ou sociedade em conta de participação. **Artigo 10:** A convocação da Assembleia Geral compete à Diretoria e será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou acionista por ele convidado, ou ainda, por acionista designado por aclamação dos presentes. **Artigo 11:** As deliberações da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária serão tomadas, sem exceção, pela maioria absoluta do capital votante. **Capítulo IV – Da Administração da Companhia: Artigo 12:** A administração da Companhia será exercida pela diretoria, órgão que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **§ 1º:** Os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse lavrados no livro mantido pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **§ 2º:** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cuja distribuição interna se fará pelos Diretores, em atenção aos critérios fixados no caput do artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 13:** A Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 3 Diretores, assim nominados: Diretor Presidente, Diretor de Securitização e Diretor de Compliance, acionistas ou não, residentes no País, eleitos por Assembleia Geral, e por esta destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, permitido a reeleição, e podendo qualquer um deles, quando da eleição, houver apenas dois titulares, um deles acumular a função de Diretor de Securitização. **§ 1º:** Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá à Assembleia geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos. **§ 2º:** O Diretor de Compliance não poderá acumular função como Diretor de Securitização quando da eleição da Diretoria, enquanto os demais poderão acumular demais funções. **§ 3º:** Compete a Diretoria exercer as atribuições que a Lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **§ 4º:** Os mandatos serão sempre assinados por 2 Diretores e outorgados para fins específicos e por prazo determinado, não excedente a 3 anos. **§ 5º:** A Diretoria poderá, ainda, designar um dos seus membros para representar a Companhia em atos e operações no País ou no Exterior, ou constituir um procurador apenas para a prática de ato específico, devendo a ata que contiver a resolução de Diretoria ser arquivada na Junta Comercial, se necessário. **§ 6º:** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, sendo que a convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. **§ 7º:** A reunião instalar-se-á com a presença dos Diretores, que representem a maioria dos membros da Diretoria, e as atas das reuniões com as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Artigo 14: Compete especificamente ao Diretor Presidente:** I – submeter à aprovação da Assembleia Geral os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados; II – coordenar e supervisionar as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões; III – formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral; IV – coordenar as atividades das áreas financeiras, tesouraria, controladoria, sistemas de informática e jurídica da sociedade; V – exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; VI – exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. **Artigo 15: Compete especificamente ao Diretor de Compliance:** I – Substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos; II – Apoiar o Diretor Presidente no relacionamento com órgãos governamentais; III – A implementação e o cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos da Companhia e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23/12/2021. IV – Implementar o Manual de Compliance da Companhia. Fiscalizando e assegurando os atendimentos às suas disposições; e V – Elaborar anualmente relatório de riscos, indicando a realização de exames com as respectivas conclusões a respeito do nível de conformidade da Companhia com as disposições legais e regulamentares que a ela se sujeita, apontando medidas necessárias ao cumprimento de eventuais deficiências encontradas. **Artigo 16: Compete ao Diretor de Securitização:** I – Responder pelas atividades de securitização da Securitizadora. II – Representar a Securitizadora perante órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores; à CVM e aos mercados de valores mobiliários em que a Securitizadora tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável; III – Administrar a política de relacionamento com os investidores; IV – Prestar todas as informações exigidas pela regulamentação do mercado de valores mobiliários; e V – Auxiliar o Diretor de Compliance no exercício de suas funções sempre que solicitado, sem interferir em sua autonomia para a implementação de medidas necessárias ao cumprimento das normas, o que inclui, mas sem limitação a apresentação de manifestação a respeito de eventuais deficiências encontradas em verificações de Compliance. **Artigo 17:** Todos e quaisquer atos, sem exceção, que implicarem responsabilidade ou gerarem obrigações para a Companhia ou dispensem obrigações de terceiros para com ela, só serão válidos com assinatura individual do Diretor Presidente. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 18:** A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, não tendo caráter permanente, o qual só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos em lei. **Artigo 19:** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros serem reeleitos. **Artigo 20:** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Resultado: Artigo 21:** O exercício social terá a duração de um ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano. **Artigo 22:** Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, consubstanciadas no balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração dos fluxos de caixa, simultaneamente em moeda corrente nacional. **§ 1º:** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados. **§ 2º:** A qualquer tempo, a Diretoria também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral. **Artigo 23:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **§ 1º:** Sobre o lucro remanescente apurado na forma do caput deste artigo, destinar-se-á: a) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do Capital Social integralizado; b) Do saldo do Lucro Líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a alínea "a" deste parágrafo, ajustado na forma do Art. 202 da lei nº 6.404/76, destinar-se-á 25%, para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas. **§ 2º:** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a Lei 6.404/76. **Capítulo VII – Da Liquidação: Artigo 24:** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação. **Parágrafo único:** A Diretoria nomeará o liquidante, e as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários. **Capítulo VIII – Disposições Gerais: Artigo 25:** Os casos omissos e as hipóteses não previstas no Estatuto regem-se pelas disposições legais vigentes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente da Assembleia Geral de Constituição declarou a presente Companhia como constituída. Lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. São Paulo-SP, 10/10/2023. **Mesa:** Raphael Fontes Tamietto Galhano – Presidente; Breno Rosemberg Sartoretto – Secretário. **Acionistas:** Raphael Fontes Tamietto Galhano Breno Rosemberg Sartoretto. **Advogado:** Tais Fernanda Bankow OAB/MT 23.134. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.626.842 em 14/11/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,9219 / R\$ 4,9225 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 4,9477 / R\$ 4,9497 *
Turismo - R\$ 4,9762 /
R\$ 5,1562
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: +0,79
OURO BM&F
R\$ 307,000
BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: &#8722;0,52%
Pontos: 128.502
Volume financeiro:
R\$ 15,724 bilhões
Maiores altas: Assai ON
(4,06%), Hypera ON
(2,90%), Raizen PN
(2,41%)
Maiores baixas:
(-33,11%), Casas Bahia
ON (-4,48%), CVC Brasil
ON (-3,91%)
S&P 500 (Nova York):
0,64%
Dow Jones (Nova York):
0,47%
Nasdaq (Nova York): 1,0%
CAC 40 (Paris): 0,09%
Dax 30 (Frankfurt):
-0,12%
Financial 100 (Londres):
-0,03%
Nikkei 225 (Tóquio):
0,77%
Hang Seng (Hong Kong):
0,78%
Shanghai Composite
(Xangai): -0,92%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): -0,9%
Merval (Buenos Aires):
-0,0%
IPC (México): 0,5%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Mai 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%

Moedas Globais: dólar fica misto, com anúncio do Tesouro dos EUA e expectativa com BCs

O dólar perdeu fôlego e chegou ao fim da tarde da segunda-feira, 29, sem direção única, depois que o Tesouro dos EUA anunciou que espera tomar menos financiamento do que o anteriormente estimado no primeiro trimestre. Até então, a moeda americana se fortalecia ante outras divisas fortes, com investidores à espera de novidades importantes nesta semana, com a decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e o relatório mensal de empregos (payroll) dos Estados Unidos de janeiro. Em dia de agenda modesta, o euro esteve sob pressão, com expectativa também por sinais da atividade na zona do euro, mas em quadro de fraqueza, conforme reafirmado

hoje pelo comando do Banco Central Europeu (BCE). No fim da tarde em Nova York, o dólar caía a 147,44 ienes, o euro recuava a US\$ 1,0834 e a libra subia a US\$ 1,2711. O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, registrou alta de 0,17%, a 103,609 pontos. O Brown Brother Harri-man (BBH) avaliava que o dólar devia manter suporte nesta semana, com potenciais ajustes na comunicação do Fed e os números do payroll. O banco de investimentos considera que o crescimento nos EUA deve manter força no trimestre atual, e avalia os mercados como um pouco cautelosos, no início desta semana. O Lombard Odier, por sua vez, considera, em seu relatório mensal sobre o câmbio, que mesmo um relaxa-

mento mais cedo pelo Fed seria incapaz de reverter o quadro de fôlego para o dólar. O banco suíço diz que um corte de juros já em março pelo BC americano seria um risco para o dólar, mas acrescenta que ainda assim a moeda dos EUA seguiria apoiada. Ele comenta que os padrões históricos visto desde 1998 mostram fraqueza limitada para o dólar, após o primeiro corte de juros pelo Fed. Além disso, destaca que os ciclos de relaxamento global devem ser coordenados, em contexto de crescimento global fraco, o que deve manter o dólar apoiado. O Lombard Odier ainda vê o franco suíço muito forte e aposta em perda de fôlego para esta moeda nos próximos meses, além de projetar queda do euro frente ao dólar ao longo do primeiro semestre.

IstoéDinheiro



Indústria Farmacêutica

A omnicanalidade da Raia Drogasil diante das boas estimativas para o e-commerce brasileiro



Fronte à projeção, a busca por estratégias inovadoras, em particular a omnicanalidade, torna-se essencial para os varejistas que almejam prosperar no dinâmico cenário digital.

As perspectivas para o e-commerce brasileiro indicam uma ascensão ainda maior em 2024. Segundo dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), as vendas online estão estimadas para alcançar um faturamento robusto de R\$ 205,11 bilhões em 2024, representando um aumento significativo de 10,4% em relação ao ano anterior, que registrou R\$ 185,7 bilhões. Diante dessa previsão otimista, surge a imperiosa necessidade de os varejistas se alinharem com as trans-

formações tecnológicas e as demandas dos consumidores para se manterem competitivos e triunfem no dinâmico mundo digital. Nesse contexto, a Raia Drogasil se destaca como um caso de sucesso em omnicanalidade.

De acordo com os dados da ABComm, somente em 2023, o número de pedidos no e-commerce ultrapassou os 395 milhões, envolvendo 87 milhões de compradores online. Para 2024, espera-se que o número de consumidores realizando suas compras online aumente para 92 milhões, e as transações devem superar os 414 milhões.

Nesse cenário, alguns temas emergem como cruciais para que as empresas aproveitem as oportunidades e invistam em estratégias que impulsionem seus resultados. Entre eles, a Inteligência Ar-

tificial (IA) e a publicidade se destacam como tendências que podem conferir maior visibilidade aos empresários que desejam obter êxito no e-commerce brasileiro em 2024. Diante disso, ressalta-se a importância do investimento em omnicanalidade.

No panorama dinâmico e interconectado dos negócios modernos, a adoção de estratégias inovadoras representa o diferencial entre as empresas líderes e as demais. Entre as abordagens revolucionárias que redefinem a relação entre consumidores e marcas, destaca-se a omnicanalidade. Este conceito vai além da simples presença em diversos meios de comunicação e vendas; ele representa uma revolução na maneira como as empresas se conectam e atendem às crescentes expectativas dos clientes. Consumidor Moderno

Farmacarcas se aproxima da meta de R\$7,6 bilhões com planos ambiciosos para o futuro



O enfoque para o próximo ano está na conclusão de todos os projetos em andamento, marcando uma etapa crucial no planejamento de cinco anos.

Ao analisar os resultados apresentados pela Farmarcas em 2023, observam-se números que se destacam no mercado, conferindo-lhe uma posição proeminente no varejo farmacêutico nacional. Como resultado, as perspectivas para o próximo ano são promissoras, uma vez que a administradora de redes associativistas de farmácias encerrará um ciclo de cinco anos de planejamento.

Durante esse período, a Farmarcas estabeleceu um ambicioso objetivo macroes-

Rótulos de medicamentos passarão a indicar presença de substâncias consideradas como doping

O presidente Lula sancionou a Lei dos Rótulos de Medicamentos após sua aprovação no Congresso Nacional.

Os rótulos de medicamentos serão obrigados a indicar a presença de substâncias consideradas como doping. A medida, publicada na edição do Diário Oficial da União desta sexta-feira (12/01), entrará efetivamente em vigor em 180 dias.

O Comitê Olímpico do Brasil define doping como o uso ilícito de substâncias para aumentar o desempenho em competições esportivas.

A regulamentação, estabelecida por uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula (PT), tem como um dos objetivos evitar o doping acidental por parte dos atletas.

Conforme a legislação, medicamentos que contenham substâncias proibidas

pelo Código Mundial Antidopagem deverão apresentar alertas correspondentes nos rótulos, bulas e materiais publicitários.

Entre as substâncias vedadas pelo Código Mundial Antidopagem encontram-se anabolizantes, estimulantes, hormônios e diuréticos.

No entanto, alguns itens proibidos no âmbito esportivo estão presentes em medicamentos de uso comum, como o isometepto, encontrado em determinados remédios analgésicos utilizados para aliviar a dor.

Quando a lei com a nova regra foi aprovada no Senado, a relatora do texto, Leila Barros (PDT-DF), destacou que a falta de informações sobre essas substâncias era uma das principais causas do consumo acidental de medicamentos proibidos em competições, resultando em punições injustas para os atletas. G1



tratégico, planejando atingir um faturamento anual de 7,6 bilhões de reais até o final de 2024, dobrando o valor de 3,8 bilhões alcançado em 2020. Surpreendentemente, essa meta pode ser alcançada antecipadamente, possivelmente em janeiro de 2024.

“Estamos nos aproximando de nossa meta, já atingindo 7,5 bilhões de reais, um resultado que reflete não apenas o esforço contínuo de nossa equipe, mas também a aceitação positiva do mercado em relação às nossas estratégias”, destaca Edison Tamasca, presidente da Farmarcas.

O foco para o próximo ano reside na conclusão de todos os projetos em andamento, representando uma

etapa crucial no planejamento de cinco anos. Essa decisão estratégica busca consolidar as conquistas recentes e estabelecer uma base sólida para os anos seguintes.

No que diz respeito à digitalização do consumidor, a Farmarcas enfatiza que isso já é uma realidade para todas as lojas. Foram implementadas ferramentas de gestão internas, campanhas nacionais para estimular o cadastro de clientes e serviços como o e-Delivery. “Estamos focando em concluir o amadurecimento das iniciativas existentes, garantindo que nossas lojas estejam alinhadas com as demandas do consumidor moderno”, afirma Paulo Costa, diretor geral da Farmarcas.

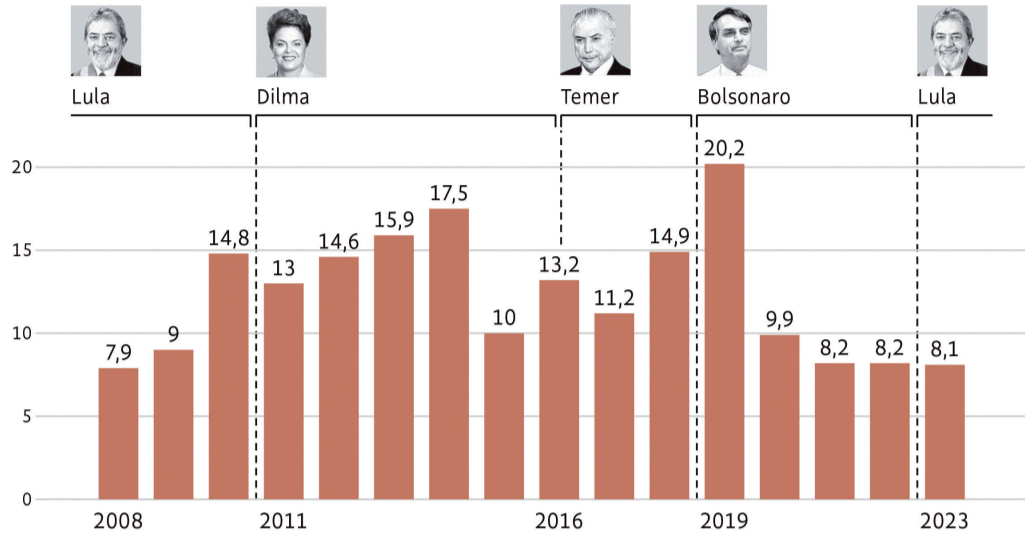
Guia da Farmácia

Gráficos Políticos

Gasto militar brasileiro

Investimentos*

Evolução em R\$ bi corrigidos



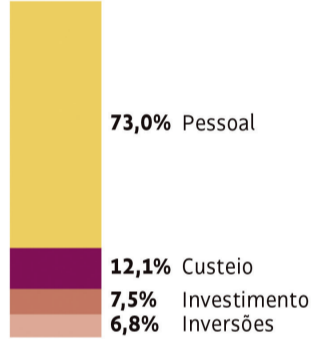
* Soma de investimentos e inversões financeiras

Gasto total

2019

Primeiro ano de Bolsonaro

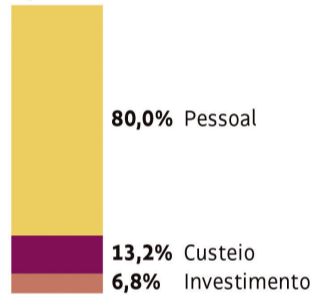
R\$ 139,9 bi



2022

Último ano de Bolsonaro

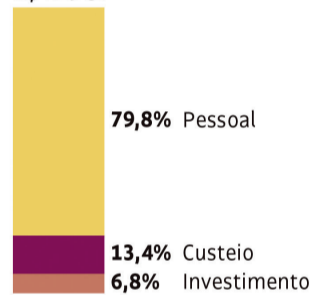
R\$ 120 bi



2023

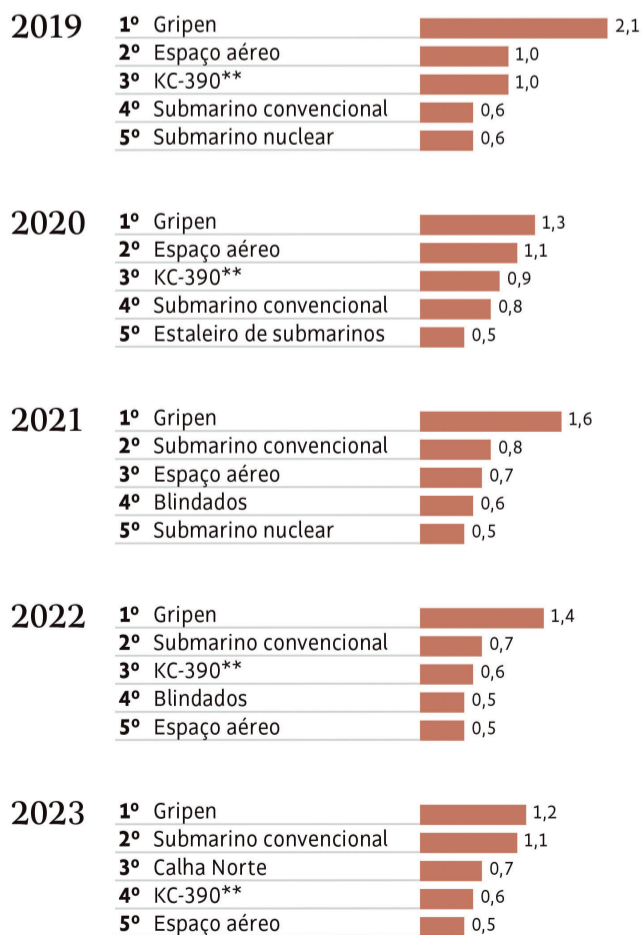
Primeiro ano de Lula

R\$ 119 bi



Top 5 de programas

Gasto em R\$ bi



** Soma de gasto com aquisição e desenvolvimento do projeto

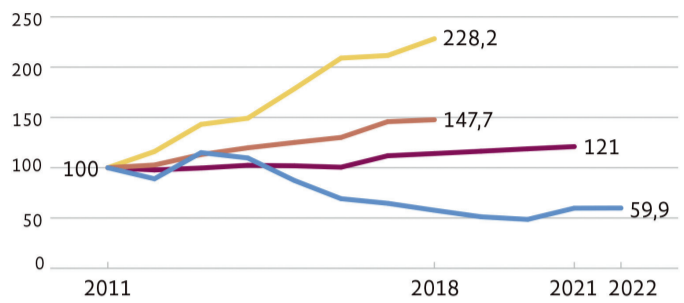
Fontes: Tesouro e Siga Brasil

Previdência pública

Despesa com previdência pública derruba investimentos

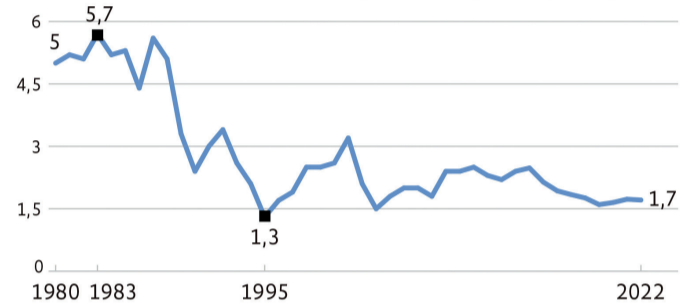
Índice em termos reais (2011 = 100)

Despesa previdenciária dos municípios
Despesa previdenciária dos estados
Despesa previdenciária da União
Investimento em infraestrutura



Investimento público cai, e PIB também

Taxa de investimento total em infraestrutura, em % do PIB (público e privado)



Taxa de crescimento do PIB, em % (média móvel em 12 anos)

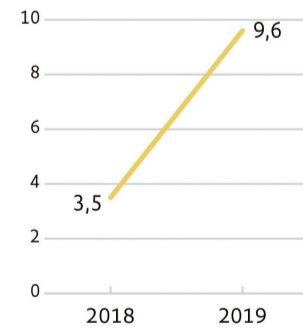


Fontes: Tesouro Nacional, secretarias de finanças de estados e municípios, IBGE, Ipea e Inter B Consultoria - Elaboração Raul Velloso

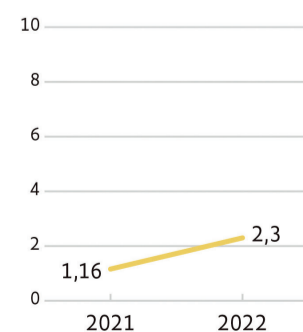
Caso das fragatas

Emgepron foi capitalizada por Temer e Bolsonaro, podendo gastar fora do teto, o que explica a queda nos investimentos e inversões a partir de 2020 no gasto do Tesouro

Capitalizações, em R\$ bi

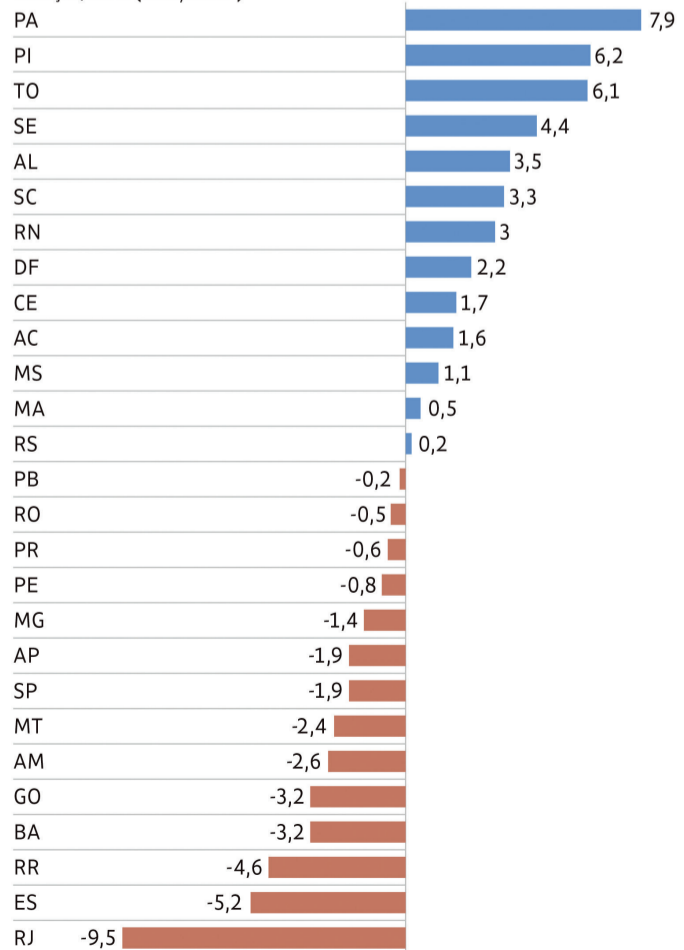


Gastos fora do orçamento militar, em R\$ bi



Receita líquida dos maiores estados diminui

Variação, em % (2023/2022*)



* Variação anual real (deflacionada pelo IPCA) até novembro
Fonte: Ipea

Negócios

Gol diz que dívida era de R\$ 20,2 bilhões no final de dezembro



A companhia aérea Gol divulgou na segunda-feira (29) que encerrou dezembro com endividamento de R\$ 20,17 bilhões, um patamar praticamente estável em relação ao final de setembro. A informação foi dada em fato relevante ao mercado.

A empresa afirmou que os ativos, não auditados, no final de dezembro somavam R\$ 16,83 bilhões e o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 23,35 bilhões.

Na última quinta-feira (25), a Gol anunciou que a companhia e as suas subsidiárias entraram com pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos.

Na solicitação aceita pela Justiça dos EUA, há o

anúncio de US\$ 8,3 bilhões (R\$ 40,7 bilhões) em dívidas, mais do que o dobro do declarado pela Gol no comunicado divulgado nesta segunda-feira. Agências de risco estimam que a dívida da empresa é de R\$ 20 bilhões.

No documento de 1.653 páginas, a Gol também afirma ter US\$ 3,5 bilhões (R\$ 17,2 bilhões) em ativos.

De acordo com a empresa, a medida foi tomada para fortalecer sua posição financeira. A companhia afirmou que todos os voos operam conforme o programado e todas as passagens aéreas e reservas permanecem em vigor.

A companhia aérea iniciou o processo americano, conhecido como chapter 11 proteção contra falência nos

EUA, com um compromisso de financiamento de US\$ 950 milhões.

Segundo a empresa, a operação será na modalidade DIP (do inglês debtor-in-possession financing, ou “financiamento do devedor em posse”) e ajudará a ajustar as finanças.

A informação de que a empresa cogitava fazer o pedido foi antecipada pela Folha na coluna Painel S.A. A ação foi apresentada ao Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York.

A Gol deve para entre 50.001 e 100.000 credores, de acordo com o pedido de recuperação protocolado no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York. Folhapress

Leilão da marca de doces Pan já tem 12 interessados e inclui Chocolápis e outros 30 clássicos



Os lances virtuais do leilão da marca Pan, de doces e chocolates, começam na segunda (29), às 13h. Antes mesmo do início formal do certame, ao menos 12 empresas já indicaram interesse no negócio.

A primeira fase do leilão terminará no dia 1º de fevereiro. A oferta chegou a ser marcada para o início de novembro do ano passado, mas o edital precisou ser refeito.

Segundo a Positivo Leilões, responsável pelo pregão, dez dos interessados são empresas do setor alimentício. A Cacau Show, que arrematou o prédio e o terreno onde funciona a fábrica em São Caetano do Sul (ABC) por R\$ 70 milhões, é uma das

Motorola amplia disputa com a Samsung e entra de vez “na briga” com a Apple

A Motorola, uma das marcas tradicionais no mercado de celulares, perdeu destaque com a ascensão dos smartphones, mesmo após a aquisição pela Lenovo em 2014 por US\$ 2,9 bilhões. Embora não esteja em evidência nos rankings globais de vendas, a empresa manteve e expandiu sua relevância no Brasil, tornando-se uma das três principais no mercado ao lado dos Estados Unidos e Índia.

Rodrigo Vidigal, presidente da Motorola no Brasil, destaca o crescimento significativo no market share desde 2013, alcançando a segunda posição no país com uma participação de 34,2%. Apesar de já ser forte no mercado intermediário, a empresa agora busca expandir sua presença no segmento premium.

O mercado brasileiro é liderado pela Samsung, com 51% de participação em todos os segmentos. Na categoria premium (R\$ 2 mil a R\$ 3 mil), a Motorola possui uma fatia de 14,6%, enquan-

to a Samsung detém 72%, e a Apple, 15%. No segmento super premium (acima de R\$ 3 mil), a Motorola tem uma participação de apenas 2%, sendo a Apple a líder com 72%, seguida pela Samsung com 25%.

Para competir nesse cenário, a Motorola lança dois novos smartphones: o Motorola razr 40 ultra, com preço sugerido de R\$ 6.999, e o Motorola edge 40 neo, com preço sugerido de R\$ 2.499. Esses dispositivos refletem a estratégia da empresa chamada de “lifestyle-tech”, enfatizando não apenas a tecnologia, mas também o estilo, design e características visuais.

Além disso, a Motorola busca diferenciar-se com parcerias inovadoras, como a criação da cor Peach Fuzz em colaboração com a Pantone e fragrâncias exclusivas desenvolvidas em conjunto com o grupo suíço Firmenich. A empresa aposta nas lojas físicas como parte essencial da estratégia, oferecendo aos consumidores a oportunidade de experimentar os produtos. Neofeed



que avaliava se tentaria comprar também as marcas registrada pela Pan.

Além do nome da fábrica, quem arrematar terá o direito de batizar outros 30 produtos, como as Moedas de Chocolates, os Cholopápis e a Bala Paulistinha.

A marca foi avaliada em R\$ 27,6 milhões. Os lances serão realizados virtualmente, no site da leiloeira.

Com o dinheiro arrecadado na primeira etapa (veículos e outros equipamentos também foram liquidados), a massa falida da Pan deverá quitar todos os débitos com funcionários.

Fabio Rodrigues Garcia, da ARJ Administração e Consultoria Empresarial, administrador judicial da falência

da fábrica, disse esperar que até março todas as dívidas trabalhistas estejam quitadas.

Na fila de recebimento, os próximos a receber são os credores com garantia real e as Fazendas federal e estadual. O dinheiro dos primeiros leilões, porém, não será suficiente.

Garcia diz que são altas as expectativas com a venda da marca. Ele acredita que o leilão será encerrado já na primeira praça. O relatório de avaliação aprovado pela Justiça calcula que o faturamento da marca pode chegar a R\$ 51 milhões em cinco anos. A marca Pan é considerada madura e consolidada e, por isso, segundo o laudo, poderia gerar royalties de licenciamento. Fernanda Brigatti/Folhapress